

O novo “problema”: abundância de energia (1)

Cristiano Romero

Era início de 2001 quando a equipe econômica do governo fora informada de que faltaria energia para sustentar a taxa de crescimento que a economia brasileira vinha exibindo desde o ano anterior. Para o então presidente Fernando Henrique Cardoso e os dois principais integrantes da área econômica - Pedro Malan, ministro da Fazenda, e Arminio Fraga, presidente do Banco Central -, a notícia foi um golpe do “destino” incontornável.

Lançado em julho de 1994, o Plano Real derrotou a inflação crônica que assolava o Brasil há mais de vinte anos, mas foi posto à prova no início de 1999, quando a manutenção do regime de câmbio quase-fixo, principal razão do sucesso até ali, se tornou insustentável. O país teve duas mudanças no comando do Banco Central em pouco mais de um mês e o mercado, desconfiado em sua maioria da capacidade do governo de, naquele momento, conter a desvalorização do real, entrou em pânico.

Não faltará mais energia para o Brasil acelerar PIB.

O resultado foi uma maxidesvalorização da moeda nacional frente ao dólar, a primeira desde os tempos de descontrole inflacionário e de crise no balanço de pagamentos do país com o exterior. Em 1998, quando a inflação (IPCA) caiu a uma taxa “suíça” - 1,65% -, o real teve desvalorização de 7,64%.

No ano anterior, tinha sido de 6,9%. Presidente do BC na época, Gustavo Franco, um dos formuladores do Plano Real, atrelou informalmente a variação da moeda à do IPA, índice de preços industriais do IGPM, calculado pela FGV. Como o Brasil não dispunha de uma situação fiscal saudável, muito pelo contrário, Franco tinha receio de que o fim do câmbio fixo - ou quase-fixo, uma vez que se movia de acordo com o IPA - trouxesse a velha inflação crônica de volta, afinal, por ser excessivamente indexada, a economia da Ilha de Vera Cruz sofria do mal da memória (ou inércia) inflacionária.

Diante da “queda” do real no início de 1999, a rigor, ninguém, nem o mais qualificado dos economistas, tinha condições de, naquele instante, prever o que aconteceria com a inflação. No fim das contas, o real desvalorizou-se 33,11% ante o dólar naquele ano, segundo cálculo do Valor Data, e inflação fechou em 8,94%. Foi uma surpresa porque muitos analistas esperava índice bem mais alto.

É bom lembrar, porém, que Armínio Fraga assumiu o BC em março e, em pouco tempo, a política econômica deu uma guinada. Ali, adotou-se o tripé de política econômica - geração de superávits primários, câmbio flutuante e regime de metas para inflação - que vigorou até o início do governo Dilma (2011), quando foi abandonado, e depois voltou a vigorar na gestão Temer (2016-2018) e desde então.

Os resultados do novo arcabouço econômico logo foram percebidos - a inflação de 1999 foi alta, mas muito menor que a esperada (uma parte desse efeito pode ser atribuída à nova política e à credibilidade da equipe econômica) e, no ano 2000, a economia, finalmente, teve um crescimento decente (4,39%).

Depois de liderar a equipe econômica que fez o Plano Real, vencer no primeiro turno as duas eleições presidenciais que disputou (1994 e 1998) e fazer um primeiro mandato bem-sucedido no campos das reformas institucionais (quando foram eliminados os monopólios constitucionais dos setores de petróleo, energia e telecomunicações), Fernando Henrique Cardoso iniciou o

segundo mandato, em 1999, vendo sua popularidade encolher junto com a perda de valor do real frente ao dólar.

A popularidade do presidente chegou a cair abaixo de 20%, um índice que torna qualquer governante, num regime democrático, uma espécie de “lame duck” (pato manco), isto é, um presidente sem força para aprovar qualquer coisa no Congresso. Os eleitores brasileiros tinham, na memória, a lembrança dos planos econômicos fracassados. O pior exemplo foi o do Cruzado, que derrubou a inflação da noite para o dia em 1986, aumentou a renda disponível da população, mas foi abolido poucos depois da eleição que interessava ao governo.

As coisas, então, começaram a se endireitar para FHC, à medida que a nova política econômica foi sendo implantada. Depois da boa taxa de expansão no ano 2000, a economia caminhava para expandir-se a uma taxa similar também em 2001.

Mas, o destino, implacável, mudou tudo. A escassez de energia, depois de anos de baixo investimento em geração e da absoluta ausência de planejamento público nessa área, produziu o apagão. O país teve que racionar energia e o PIB perdeu força. Naquele ano, a economia cresceu apenas 1,39%.

A crise serviu para mudar algo em Brasília, pelo menos, nessa área. E a mudança foi respeitada por todas as gestões desde então - o setor público voltou a formular estratégias de planejamento na área energética. Claro, a fabulosa descoberta do petróleo da camada pré-sal tem forte participação nos bons ventos que sopram nessa área, mas o fato é que, no Plano Energético 2050 (PNE 2050), há uma novidade com a qual as gerações jamais sonharam: o Brasil caminha para tornar-se uma potência energética.

“Os estudos do PNE apontam para um potencial energético de quase 280 bilhões de tep (Tonelada Equivalente de Petróleo) no horizonte até 2050. A demanda de energia cresce de 300 milhões de tep para cerca de 600 milhões de tep e, ao longo de trinta e cinco anos, essa trajetória representa demanda de energia total acumulada equivalente a pouco menos de 15 bilhões de tep”, diz o PNE 2050, elaborado pela EPE.

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras

E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

(1) Artigo publicado na Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/o-novo-problema-abundancia-de-energia.ghtml>. Acesso em 07 de outubro de 2020.